



Câmara Municipal de Mossoró

Palácio Rodolfo Fernandes

Rua Idalino de Oliveira, S/N / Centro – CEP: 59600-135 – Mossoró / Rio Grande do Norte

Fone: (84) 3316-2600 / Fax: (84) 3316-4517 – CNPJ: 08.208.597/0001-76

Em nome de Deus e da Lei, foi aberta a 67ª sessão ordinária do 8º período da 19ª legislatura da Câmara Municipal de Mossoró, em cinco de novembro de 2024. A mesa diretora tinha Lawrence Amorim – presidente; Marckuty da Maisa – 1º secretário; Marleide Cunha – 2ª secretária. Foram lidos texto bíblico e ata da 59ª sessão ordinária, de oito de outubro, bem como pauta: Projetos de Lei do Legislativo 93 e 94, Projeto de Resolução 08, Requerimentos 250 e 251, Indicações 3606 a 3610, 3816, 3848 a 3852, 3910 a 3914, 3946 a 3950, 3996, 3997, 4006 a 4010, 4022, 4023, 4027 a 4031, 4039 a 4048, 4064 a 4073 e 4079 a 4095. Na tribuna popular, a senhora Itla Araújo cobrou atenção urgente à situação de pessoas diabéticas, mencionando estimativas sobre números nacionais, que tendiam ao crescimento se não houvesse medidas efetivas. Na sequência, apresentou números sobre problemas no atendimento em Mossoró, obtidos a partir de denúncias apresentadas ao Ministério Público tendo em vista falta de resposta da Prefeitura, dando conta da existência de 1.007 pessoas na fila para consulta com endocrinologista e 270 aguardando consulta com médico vascular, explicando que se falava de uma doença causadora de complicações diversas, de tal modo que as citadas filas, barreira no acesso ao direito fundamental à saúde, feriam a dignidade da pessoa humana, além de aumentar custos de tratamento. Em seguida, reconheceu a contratação de um novo profissional de cada uma das especialidades, com a ressalva de que a Prefeitura registrou em ofício que a “redução da demanda reprimida demoraria nove meses para endocrinologista e oito meses para o vascular”, o que constituía demora absurda, solicitando, portanto, que fosse avaliada a possibilidade de realizar mutirões e publicação dos números de diabéticos a fim de possibilitar a elaboração de políticas públicas. No comentário, o vereador Ozaniel Mesquita enalteceu reconhecimento dos avanços recentes, recordando protestos em cobrança por insulinas na gestão passada, estando a demanda reprimida relacionada a muitos anos de descuido. Na sequência, defendeu união dos parlamentares por melhorias, reconhecendo dificuldades em consultas e cobrando melhoria do fluxo de atendimento a pessoas com “pé diabético” no Hospital Regional Tarcísio Maia. A vereadora Marleide Cunha agradeceu à senhora Itla Araújo pelas informações até então desconhecidas porque a gestão municipal se marcava pela falta de transparência, chegando a ignorar requerimentos dos parlamentares, absurdo que mostrava desprezo à legislação e provocava frequente recurso ao Ministério Público. Concluindo, enalteceu o valor da mobilização dos diabéticos. A bancada governista informou que abriria mão dos expedientes. O vereador Marckuty da Maisa assumiu a presidência. No pequeno expediente, o vereador Omar Nogueira denunciou o que chamou de “cena de terror”, ocorrida na noite anterior no Mercado do Vuco Vuco, onde, segundo ele, a Prefeitura retirou boxes sem aviso ou explicação, pedindo atenção dos colegas ao tema. Na sequência, relatou o caso de um aposentado que teve conta bancária bloqueada em virtude de uma dívida de IPTU, cujo preço subiu muito, cobrando o colega Genilson Alves. Respondendo a citação, o vereador Genilson Alves disse que as adequações do IPTU foram votadas em 2017 por iniciativa da ex-prefeita que o antecessor defendia, acrescentando que buscaria informações sobre o citado caso do mercado, sabendo que havia planejamento para revitalizar “a outra parte” da estrutura. Ele também disse que a gestão municipal se caracterizava por muito trabalho, o que incomodava quem torcia contra. Seguindo no pequeno expediente, a vereadora Marleide Cunha falou de projeto de resolução de sua autoria para disciplinar a ocupação de gabinetes parlamentares,

a fim de evitar seu uso como instrumento de favoritismo ou moeda de troca quando, na qualidade de patrimônio público, seu uso deveria estar vinculado ao interesse público e submetido a princípios constitucionais, seguindo o exemplo da Câmara dos Deputados e de variadas câmaras municipais. O vereador Lucas das Malhas pediu aprovação do requerimento de sua autoria para que fosse agendada audiência pública para discutir a situação do Terminal Rodoviário Diran Ramos do Amaral, em Mossoró, que se encontrava em situação vergonhosa, cobrando ação do Governo do Estado e lamentando falta de representação municipal na Assembleia Legislativa. No grande expediente, o vereador Omar Nogueira concordou que o Terminal Rodoviário precisava de melhorias e cobrou informações sobre a promessa não cumprida de construir hospital municipal no programa “Mossoró Realiza”, por meio do qual não se realizou a pavimentação prometida para diversas ruas do bairro Barrocas e Conjunto Santa Helena. Ele também cobrou a conclusão da obra do Mercado da Cobal e criticou a recente prática da cobrança de IPTU, em valores altos, pela via judicial, o que o líder governista considerava normal, além de “gostar do poder” e parecer ter esquecido seus diferentes projetos políticos. O vereador Raério Cabeção disse que estavam sendo construídos prédios para que comerciantes saíssem das ruas, afirmando que o Mercado do Vuco Vuco tinha prazo até dia 30 para deslocamento à parte recentemente construída, permitindo reforma do setor antigo. Em seguida, afirmou que o Hospital da Mulher tinha muitos funcionários sem trabalhar e alguns que sequer compareciam, o que tornava difícil falar de respeito, acrescentando que a educação estadual tinha dificuldade em receber estudantes com necessidades especiais. Ele também disse que atraso no IPTU não implicava apreensão de carro, mas impedimento da retirada de documentação atualizada. Em aparte, o vereador Ozaniel Mesquita disse que participou de ação judicial contra o Finisa porque ele significava um cheque em branco à ex-prefeita, de modo que a ação evitou que a gestão passada usasse o dinheiro sem transparência e permitiu que o restante fosse usado pela nova gestão. Retomando, o vereador Raério Cabeção disse que na semana seguinte à eleição de 2020 a gestão passada usou 53 milhões de reais, sendo difícil entender onde se deu o investimento. Depois, afirmou que o Governo do Estado atrasou pagamentos à empresa terceirizada InterBrasil, prejudicando trabalhadores. Ele também disse que o Hospital Regional Tarcísio Maia deveria se tornar “de portas abertas” para atender demanda reprimida, acrescentando que a população deveria estar atenta à conduta da Senhora Governadora e de deputadas que não davam atenção à nossa cidade, que também carecia de melhor abastecimento hídrico. Em aparte, a vereadora Marleide Cunha disse que tantas agressões mostravam que “2026 já começou”, afirmando que o colega na tribuna desconhecia o atendimento a crianças autistas nas escolas estaduais, onde havia professores concursados ao passo que estagiários mal pagos atendiam na rede municipal. O vereador Raério Cabeção disse que a antecessora agredia o Senhor Prefeito de várias formas e ele próprio não agrediu, mas apenas falou a verdade sobre o mau trabalho de algumas autoridades. Havendo quórum, foi iniciada a ordem do dia. Foi justificada ausência dos vereadores Paulo Igo e Gideon Ismaias. Os Requerimentos de Urgência Especial 249, 252, 253 e 254 foram transferidos para sessão subsequente em virtude de ausência de quórum para deliberação das matérias. Foram aprovados Requerimentos 250 e 251. Foram aprovados requerimentos orais: moção de aplauso à professora Marcela Costa pela passagem do Dia da Língua Portuguesa, do vereador Ozaniel Mesquita; agendamento de audiência pública para discutir a situação da rodoviária de Mossoró, do vereador Lucas das Malhas; moção de congratulação ao senhor Wedson Allef pela conquista da décima segunda patente da Universidade Federal Rural do Semiárido com o produto “Filmes biodegradáveis à base de quitosana, incorporados com nanopartículas de óxido de grafeno e cera de abelha”, do vereador Pablo Aires. Nada mais havendo, os trabalhos foram encerrados em nome de Deus e da Lei.